

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.707 - SP (2019/0304525-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : ADRIANO PROCOPIO DE SOUZA
ADVOGADO : ADRIANO PROCÓPIO DE SOUZA - SP188301
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : NELSON FERNANDES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de NELSON FERNANDES DA SILVA, apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2223825-91.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi condenado à pena de 2 (dois) anos e 8 (oito) meses de reclusão, no regime inicial semiaberto, mais pagamento de 28 (vinte e oito) dias-multa, como incurso no artigo 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal, oportunidade em que o magistrado singular decretou a sua prisão preventiva.

Buscando a anulação do processo, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cujo pedido liminar foi indeferido.

Sustenta o impetrante que o acusado não teria sido intimado para a audiência de instrução, não reconhecendo a assinatura constante dos autos.

Afirma que a assinatura em questão seria diversa das colhidas em outros documentos e cuja autoria o réu reconheceu.

Aduz que a decretação da revelia do paciente e a ausência de seu interrogatório seriam ilegais, uma vez que não teria sido pessoalmente intimado para comparecer à audiência de instrução.

Alega que o réu não teria sido citado, formalidade que não poderia ser suprida pela constituição de advogado particular no feito.

Requer, liminarmente, que o paciente aguarde em liberdade o julgamento definitivo deste *mandamus*, e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para que a ação penal em tela seja anulada desde a citação, ou, subsidiariamente, desde a intimação para a audiência de instrução.

É o relatório.

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça firmou-se "*no sentido de não caber habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo no caso de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada*" (AgRg no HC 515.197/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 05/08/2019).

E, da análise da documentação acostada, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, tendo em vista que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, estando fundamentada a negativa do pleito liminar.

Com efeito, a autoridade impetrada consignou que "*como já explorado nos autos de HC nº 2195075-79.2019.8.26.0000*", não há "*teratologia na decisão que decretou fundamentadamente a prisão do paciente, em razão da sua revelia, havendo*

Superior Tribunal de Justiça

risco à aplicação da sanção penal", salientando que, "nos termos da sentença vergastada, o paciente é portador de maus antecedentes, circunstância que denota a necessidade de se resguardar a ordem pública" (e-STJ fl. 15).

Assentou que "a medida liminar em habeas corpus é medida excepcional, reservada a casos em que se mostra patente o constrangimento ilegal, algo não observado na espécie", sendo "necessário exame aprofundado da matéria, que será mais bem estudada quando do julgamento do writ pela Turma Julgadora" (e-STJ fl. 15).

Tal entendimento se encontra em consonância com a jurisprudência deste Sodalício, que já decidiu que "deve ser mantida, por seus próprios fundamentos, a decisão monocrática em que se indefere medida liminar em habeas corpus, no qual se pretende o reconhecimento de nulidade alegada e a suspensão do julgamento dos embargos infringentes no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, uma vez que o pedido liminar se mostra incompatível com o juízo antecipado e superficial, além de do pleito se confundir com o mérito da impetração" (AgRg no HC 420.561/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 12/06/2018).

Desta forma, não se constata qualquer vício na negativa do pleito liminar formulado no *mandamus* originário, sendo certo que o revolvimento das questões nele aventadas e aqui reiteradas certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora quando do julgamento do seu mérito.

Ademais, "é firme a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que a certidão lavrada por oficial de justiça goza de presunção de veracidade, somente podendo ser desconsiderada no caso de surgimento de prova robusta capaz de contraditá-la" (HC 509.032/RR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 13/08/2019), ao passo que "sendo a citação ato de comunicação processual, por meio do qual dá-se ciência ao acusado da existência de denúncia oferecida, chamando-o para se defender, não há que se cogitar de nulidade em tal procedimento, quando o acusado constitui defensor e, posteriormente, apresenta defesa preliminar e pedido de revogação da prisão preventiva" (HC 465.229/SE, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 01/02/2019), circunstâncias que afastam a plausibilidade jurídica do pleito ora formulado, reforçando a impossibilidade de conhecimento deste remédio constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator